



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS ISCTE, 30 de janeiro de 2026

O Pacote Laboral

Anabela Sotaia

Presidente do Conselho Nacional e membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Colegas,

Está em curso um ataque sério, profundo e transversal aos direitos de todos os trabalhadores. Um ataque que nos atinge diretamente enquanto professores, educadores e investigadores.

O chamado *Pacote Laboral* que o Governo pretende impor não é um ajuste técnico nem uma simples revisão da lei. Estamos a falar de mais de 100 artigos do Código do Trabalho que o Governo quer alterar. Isto não é coisa pouca. É uma opção política consciente, ideológica, feita contra quem vive do seu trabalho e a favor de quem lucra com ele.

Temos de o dizer com toda a clareza: este pacote não vem resolver problemas. Vem agravá-los e criar outros novos. É apresentado com palavras bonitas — modernização, flexibilidade, combate à precariedade — mas por detrás dessa linguagem esconde-se um verdadeiro retrocesso civilizacional nas relações de trabalho, um regresso ao século XIX.

O objetivo é claro: tornar o trabalho mais barato, mais instável e mais obediente. Para isso, atacam em várias frentes ao mesmo tempo: aumentam a precariedade, facilitam os despedimentos, desregulam o tempo de trabalho e enfraquecem os direitos coletivos — a negociação coletiva, os sindicatos e o direito à greve. Isto não é coincidência. É estratégia.

Por um lado, atacam os direitos individuais: contratos a termo mais longos, renovações sucessivas desses contratos para funções permanentes, horários imprevisíveis e desregulados, banco de horas imposto, despedimentos mais fáceis e mais baratos. Tudo para gerar medo, dependência e reduzir a capacidade de dizer não.

Por outro lado, atacam aquilo que mais os incomoda: os direitos coletivos. Querem sindicatos mais fracos, contratação coletiva esvaziada e com caducidade facilitada, direitos suspensos e um direito à greve limitado por serviços mínimos abusivos. Porque sabem que

quando os trabalhadores se organizam e negociam coletivamente, estes ataques não passam.

E sejamos claros: sem contratação coletiva não há carreiras, não há salários dignos, não há futuro profissional. Atacar a negociação coletiva é atacar a própria democracia no trabalho. É retirar aos trabalhadores a possibilidade de intervir, decidir e defender os seus direitos.

No plano da precariedade, o impacto é brutal. Este pacote normaliza a instabilidade, em particular no ensino privado e no setor social, mas também no setor público. A mensagem para os docentes mais jovens é clara e cruel: podem passar anos — ou décadas — sem estabilidade e podem nunca vir a alcançá-la. Diz-lhes para adiar a vida, os projetos, a autonomia. E diz a quem já cá está que deve aceitar tudo, sob pena de ser substituído.

Outro eixo central deste ataque é a desregulação do tempo de trabalho. O banco de horas individual pode ser imposto, os horários tornam-se elásticos para quem manda e esmagadores para quem trabalha.

No caso dos docentes, este modelo empurraria o tempo de trabalho para perto de uma média de 50 horas semanais, que muitos já hoje fazem — ilegalmente. A diferença é que, com este pacote, isso passaria a ser legal.

No despedimento, o caminho é igualmente claro: menos proteção, menos reintegração, mais obstáculos no acesso aos tribunais. O objetivo é simples: despedir mais depressa e levar os trabalhadores a desistir de lutar.

Colegas,

Se este pacote for aprovado como o Governo quer, as consequências para nós são muito concretas: mais horas de trabalho, carreiras bloqueadas, instabilidade permanente e menos capacidade coletiva de defesa.

Mas a resposta dos trabalhadores tem sido forte.

No dia 8 de novembro, mais de 100 mil trabalhadores saíram à rua contra este pacote, entre eles muitas centenas de docentes e investigadores.

Mais de 190 mil trabalhadores assinaram o abaixo-assinado contra o Pacote Laboral. Cerca de 15 mil docentes e investigadores assinaram esse abaixo-assinado e estiveram em força na manifestação de 13 de janeiro, aquando da sua entrega. Isto não foi um gesto simbólico — foi um sinal político forte e perturbador para quem governa.

Essa rejeição ganhou uma expressão ainda mais poderosa na Greve Geral de 11 de dezembro. Cerca de três milhões de trabalhadores aderiram, entre eles muitos milhares de docentes. Mais de 1500 escolas encerraram totalmente. Isto não é um detalhe. Isto foi enorme! Isto é força coletiva organizada!

A FENPROF tem estado, desde o primeiro momento, do lado certo da história. Disse não a este pacote, mobilizou os docentes, apoiou e participou nas várias manifestações e na

Greve Geral e deu corpo à luta, porque esta luta também é nossa e a luta pela defesa do nosso estatuto de carreira é inseparável da luta geral dos trabalhadores. Porque isto está tudo ligado!

Mas este pacote só cairá se o travarmos, se o combatermos. A história do trabalho ensina-nos uma coisa fundamental: os direitos não se pedem — conquistam-se e defendem-se. E tudo o que não se defende, perde-se.

O Governo já deixou claro que quer fazer aprovar este pacote a todo o custo. O Primeiro-Ministro foi ao ponto de avançar com uma chantagem inaceitável, prometendo salários mínimos de 1500 euros e salários médios de 3000 euros se o pacote avançasse. Faltou dizer quando. Talvez noutra vida — que não é a nossa.

O que conseguimos até agora — e já foi muito e foi importante — foi atrasar a aprovação desta legislação, cujo objetivo inicial era estar concluída até ao final de 2025.

Por isso, precisamos de continuar a esclarecer, mobilizar e envolver mais colegas. Esta luta não terminou. Pelo contrário: exige continuidade, alargamento e reforço — e será longa.

É nesse sentido que se impõe a nossa participação massiva na manifestação nacional descentralizada do dia 28 de fevereiro, em Lisboa e no Porto, para afirmar, uma vez mais, que este Pacote Laboral é para cair e que a sua retirada é uma exigência de todos os trabalhadores.

Só com uma luta determinada, persistente e coletiva será possível travar este ataque e defender o trabalho e a vida com direitos.

A luta continua!

Viva a FENPROF!